



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.185, DE 27 DE MAIO DE 2010.

[\(Revogado pelo Decreto nº 10.540, de 2020\)](#)

[Texto para impressão](#)

~~Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.~~

~~O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,~~

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 1º—A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no [art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), será assegurada mediante a observância do disposto no [art. 48, parágrafo único, da referida Lei](#) e das normas estabelecidas neste Decreto.~~

~~Art. 2º—O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.~~

~~§ 1º—Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.~~

~~§ 2º—Para fins deste Decreto, entende-se por:~~

~~I—sistema integrado: as soluções de tecnologia da informação que, no todo ou em parte, funcionando em conjunto, suportam a execução orçamentária, financeira e contábil do ente da Federação, bem como a geração dos relatórios e demonstrativos previstos na legislação;~~

~~II—liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;~~

~~III—meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e~~

~~IV—unidade gestora: a unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial, cujo titular, em consequência, está sujeito à tomada de contas anual.~~

~~Art. 3º—O padrão mínimo de qualidade do SISTEMA, nos termos do [art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000](#), é regulado na forma deste Decreto.~~

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Seção I

Das Características do Sistema

~~Art. 4º—Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:~~

~~I—disponibilizar ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos do ente da Federação de modo consolidado;~~

~~II—permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e~~

~~III—possuir mecanismos que possibilitem a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada.~~

~~Art. 5º—O SISTEMA atenderá, preferencialmente, aos padrões de arquitetura e PING — Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, que define conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no Governo Federal, estabelecendo as condições de interação entre os Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.~~

Seção II

Da Geração de Informação para o Meio Eletrônico de Acesso Público

~~Art. 6º—O SISTEMA deverá permitir a integração com meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, assegurando à sociedade o acesso às informações sobre a execução orçamentária e financeira conforme o [art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000](#), as quais serão disponibilizadas no âmbito de cada ente da Federação.~~

~~Parágrafo único—A disponibilização em meio eletrônico de acesso público deverá:~~

~~I—aplicar soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; e~~

~~II - atender, preferencialmente, ao conjunto de recomendações para acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro, de forma padronizada e de fácil implementação, conforme o Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), estabelecido pela Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Governo Federal;~~

~~Art. 7º - Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:~~

~~I - quanto à despesa:~~

~~a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;~~

~~b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;~~

~~c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;~~

~~d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;~~

~~e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e~~

~~f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;~~

~~II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:~~

~~a) previsão;~~

~~b) lançamento, quando for o caso; e~~

~~c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.~~

~~CAPÍTULO III~~

~~DAS DISPOSIÇÕES FINAIS~~

~~Art. 8º - No prazo de cento e oitenta dias a contar da data de publicação deste Decreto, ouvidas representações dos entes da Federação, ato do Ministério da Fazenda estabelecerá requisitos tecnológicos adicionais, inclusive relativos à segurança do SISTEMA, e requisitos contábeis, considerando os prazos de implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional.~~

~~Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.~~

~~Brasília, 27 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.~~

~~LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega
Jorge Hage Sobrinho~~

~~Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.5.2010 - Edição extra~~

~~*~~